

Contando outras histórias: os arquivos pessoais e os centros de documentação e memória universitários

**Talita dos Santos
Molina Peraçoli**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, SP, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9492-7151>
 talitadsm@yahoo.com.br

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar e refletir sobre a atuação dos centros de documentação e memória universitários na preservação de arquivos privados/pessoais, utilizando como referência o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/Unesp. Fruto de pesquisa em andamento de pós-doutorado, indicaremos como esses centros universitários são de extrema importância para os processos de patrimonialização e preservação dos arquivos privados/pessoais. Como procedimento metodológico para esse estudo foi realizada uma revisão bibliográfica e análise documental, especificamente o instrumento de pesquisa do Cedem-Unesp. Considerando a relevância e a necessidade de ampliarmos o debate, este estudo, mesmo que em fase inicial, indica que é essencial maiores reflexões e pesquisas sobre os centros de documentação e memória universitários, os quais devem ser vistos como instituições contadora de outras histórias, pois atuam pela ampliação do direito à memória e do exercício da cidadania, realizado por intermédio da preservação, organização e acesso aos arquivos privados/pessoais.

Palavras-chave

Arquivos. Arquivos Privados. Arquivos Pessoais. Centros de Documentação e Memória Universitários. CEDEM-Unesp.

Telling other stories: personal archives and university documentation and memory centers

Abstract

The article aims to analyze and reflect on the role of university documentation and memory centers in preserving private/personal archives, using as a reference the Documentation and Memory Center of the Universidade Estadual Paulista – Cedem/Unesp. As a result of ongoing post-doctoral research, we will indicate how these university centers are extremely important for the processes of patrimonialization and preservation of private/personal archives. As a methodological procedure for this study, a bibliographic review and document analysis were carried out, specifically the Cedem-Unesp research instrument. Considering the relevance and need to expand the debate, this study, even though it is in its initial phase, indicates that further reflection and research on university documentation and memory centers is essential, which should be seen as institutions that tell other stories, as they work to expand the right to memory and the exercise of citizenship, carried out through the preservation, organization and access to private/personal archives.

Keywords

Files. Private Files. Personal archives. University Documentation and Memory Centers. CEDEM-Unesp.

Contando otras historias: archivos personales y centros de documentación y memoria universitarios

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar y reflexionar sobre el papel de los centros de documentación y memoria universitarios en la preservación de archivos privados/personales, tomando como referencia el Centro de Documentación y Memoria de la Universidad Estadual Paulista – Cedem/Unesp. Como resultado de la investigación postdoctoral en curso, indicaremos cómo estos centros universitarios son sumamente importantes para los procesos de patrimonialización y preservación de archivos privados/personales. Como procedimiento metodológico para este estudio se realizó una revisión bibliográfica y análisis de documentos, específicamente el instrumento de investigación

	<p>Cedem-Unesp. Considerando la relevancia y necesidad de ampliar el debate, este estudio, si bien se encuentra en su fase inicial, indica que es imprescindible una mayor reflexión e investigación sobre los centros de documentación y memoria universitarios, los cuales deben ser vistos como instituciones que cuentan otras historias, ya que trabajo para ampliar el derecho a la memoria y el ejercicio de la ciudadanía, realizado a través de la preservación, organización y acceso a archivos privados/personales.</p>
Palabras clave	Archivos. Archivos privados. Archivos personales. Centros de Documentación y Memoria Universitaria. CEDEM-Unesp.
	Licença de Atribuição BY do Creative Commons https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/
	Submetido em 24/10/2024 Aprovado em 01/12/2024 Publicado em 12/12/2024

1 INTRODUÇÃO

Este texto resulta de comunicação apresentada no Seminário “Arquivos Pessoais e Sociedade: Preservação e Acesso na Contemporaneidade”, realizado com a parceria do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC-FGV com o Laboratório de Estudos sobre Acervos Privados e Pessoais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – LABAPP-UNIRIO. Este seminário se propôs a discutir os arquivos pessoais e os desafios enfrentados na preservação e acesso a esses documentos na atualidade. O intuito principal estava em explorar tanto a teoria quanto as práticas relacionadas aos arquivos pessoais, destacando a importância de torná-los mais acessíveis e próximos às demandas sociais¹.

Em diálogo com essa proposta, este artigo tem como objetivo o de analisar e refletir sobre a atuação dos centros de documentação e memória universitários na preservação de arquivos privados/pessoais, utilizando como referência o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/Unesp. Fruto de pesquisa em andamento de pós-doutorado, indicaremos como esses centros universitários são de extrema importância para os processos de patrimonialização e preservação dos arquivos privados/pessoais.

A relação entre os centros de documentação e memória universitários e os arquivos privados/pessoais remonta desde meados das décadas de 1970 e 1980 no Brasil, visto que nosso país vivenciava naquele momento um processo de redemocratização e, nos ambientes acadêmicos, os programas de pós-graduação sofriam ampliações e/ou reformulações, expandindo o que se entendia como fontes de pesquisa. Por essa razão os arquivos privados experimentam um “boom” enquanto fonte histórica e as mudanças ocorridas no campo da historiografia provocam a emergência de novos objetos e fontes na pesquisa científica².

Esse olhar sobre os arquivos privados/pessoais segue um percurso de trazer uma luz a “história dos vencidos, construindo uma nova perspectiva historiográfica que se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos” (PAOLI, 1992).

Dessa maneira, primeiramente, iremos apresentar a conjuntura Histórica, as concepções e a relação que estes “lugares de memória” possuem com os arquivos privados/pessoais, para que, em seguida, possamos indicar aqui que os centros de documentação cumprem uma função essencial com o patrimônio documental ao fomentar o acesso as informações pelos usuários e

¹ Para saber mais sobre o evento acessar: <https://doity.com.br/seminario-arquivos-pessoais-e-sociedade>. Acesso em: 31.jul.2024.

² Ver especialmente o artigo de Ângela de Castro Gomes (1998), no qual aborda essa temática de maneira primorosa.

tratar da preservação dos arquivos privados/pessoais, utilizando como referência o Centro de Documentação e Memória da Unesp - Cedem.

2 CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA UNIVERSITÁRIOS: Conjuntura Histórica, Concepções e a relação com os arquivos privados/pessoais

2.1. Conjuntura Histórica

Em décadas finais do século passado, mediante a conjuntura histórica que vivíamos de reestruturação da democracia em nosso país, em um quadro de mobilização contra a exclusão social e étnica e de protestos por direitos políticos, repercutem nos ambientes acadêmico e institucional manifestações sociais pela democratização e afirmação do Direito à Memória. Os diálogos e reflexões sobre o Direito à Memória e sobre a preservação do patrimônio histórico perpassa os espaços acadêmicos, colocando-se no quadro da cidadania e das políticas públicas de memória. Com isso, emerge diversos movimentos sociais reivindicando direitos e visibilidade na cena pública, provocando o alargamento de concepções de memória e patrimônio recentes.

A ampliação do conceito de patrimônio cultural passa a ir além dos bens edificados, incorporando também os patrimônios imaterial, documental, ambiental, genético, entre outros³. Dessa maneira, entre os anos de 1970 e 1980, somado a atuação de profissionais ligados a instituições de memória, tais como museus, instituições de patrimônio histórico e cultural, arquivos e centros de documentação e memória assistimos a uma renovação do campo historiográfico, no qual produzem a ampliação da noção de documento e a valorização dos chamados arquivos privados e/ou particulares.

Além disso, observamos uma expansão de cursos de pós-graduação em diversas áreas e, no que se refere aos programas da área de História, estes passam a fazer análises críticas da inexistência de uma política efetiva de proteção ao patrimônio documental, incluindo a preservação dos arquivos privados/pessoais. No que concerne aos processos de preservação e renovação das fontes históricas, temos que estão interligadas às relações que as sociedades estabelecem com seu passado e com suas reivindicações no campo da memória social a cada conjuntura histórica (JELIN, 2022)⁴.

³ Ver FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 1997; e CAMARGO, Célia Reis. **A margem do patrimônio cultural: estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980)**. 1999. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 1999.

⁴ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Fondo de Cultura Económica: Argentina, 2022.

Nessa conjuntura de ampliação dos programas de pós-graduação e da noção de documento é que assistimos ao crescimento de políticas públicas relativas aos arquivos, assim como de valorização e ampliação do patrimônio documental⁵. Entretanto, para este artigo, estamos nos propondo a refletir especificamente sobre a preservação dos arquivos privados/pessoais pelos centros de documentação e memória universitários.

Sendo assim, a partir de meados da década de 1970 a identificação e preservação de muitos destes arquivos coube majoritariamente as universidades e aos movimentos sociais que, a partir de então, organizam inúmeros Centros ou Núcleos de Documentação, Pesquisa ou Memória Social, sediados, em sua maioria, nas universidades, mas também em outros espaços e centros voltados para o apoio aos movimentos sociais e sindicais. Neste mesmo caminho, reiteramos novamente que a criação dos centros de documentação e memória também está envolvida com o crescimento dos programas de pós-graduação, no qual ambos refletem desdobramentos da mudança de perspectiva com relação aos tipos de fontes que o pesquisador poderia passar a utilizar na área de Ciências Humanas. A questão do acesso aos conjuntos documentais também era motivo de debates nestes programas. Heloísa Cruz ressalta que:

a emergência dos Centros de Documentação e Memória universitários, nos anos 1970, acompanhando a constituição dos cursos de pós-graduação, foi bastante significativa, diante do acesso restrito à informação vivido naqueles anos. Abrigando, preferencialmente, arquivos e coleções de grupos políticos, operários, sindicais e de movimentos organizados, em suas várias tendências, e reunindo um conjunto riquíssimo de títulos da imprensa operária e militante, esses Centros não só possibilitavam suprir carências de informação, como se firmavam como mais um espaço de preservação de memórias, sobretudo de origem privada, contribuindo para o alargamento dos horizontes da história e da memória, como um direito de todo cidadão (CRUZ, 2016, p. 43).

Por conseguinte, os arquivos privados adquirem um lugar especial em instituições universitárias, refletindo-se na criação de Centros de Documentação e Memória em diversas faculdades e, ao mesmo tempo, centros populares que buscavam informar os cidadãos de seus direitos a partir da guarda de documentos relacionados a manifestações promovidas pelos movimentos sociais do período, como, por exemplo, o Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro – CPV⁶. Nesse movimento merece destaque a criação de inúmeros Centros ou Núcleos de Documentação, Pesquisa e Memória Social na área acadêmica, pois assegurou a preservação de muitos dos principais acervos dos movimentos de resistência atuantes deste período:

⁵ O Programa Nacional de Preservação da Documentação História – Pró-Documto, criado pela Fundação Nacional Pró-Memória, que ficou em atividade durante os anos de 1984 e 1988 é um exemplo de política pública que procurou atuar na preservação e acesso aos arquivos privados (MOLINA PERAÇOLI, 2024).

⁶ O estudo de SALLES (2013) é fundamental para compreender melhor essa temática.

Articulados à promoção da pesquisa na área das Ciências Humanas, particularmente ligados à área da pesquisa histórica e sediados, em sua maioria, nas universidades, e em outros locais voltados para a pesquisa acadêmica, tais Centros tiveram papel destacado na identificação, no acolhimento e na preservação daqueles acervos (CRUZ, 2016, p. 42).

Para além das experiências do movimento sindical e suas lutas contra a exploração e pela organização independentemente de suas entidades, bem como das lutas contra a discriminação e afirmação dos direitos das mulheres, negros e indígenas, tais acervos preservam uma multiplicidade de registros de um amplo rol de lutas travadas pelas populações que viviam nos bairros periféricos de grandes cidades brasileiras por direitos a transporte, creches, moradia, saneamento básico, educação e saúde (CRUZ, 2016, p. 45).

Seguindo esse raciocínio, Paulo Knauss (2010) afirma que os centros de documentação e memória, em sua maioria universitários, se transformaram em instituições de grande visibilidade na preservação e difusão dos arquivos privados, pois sua criação se deve a dois movimentos: primeiramente, há um movimento oficial que reconheceu a contribuição que a universidade pôde dar à proteção do patrimônio documental e, posteriormente, o movimento que procurou proteger o que as forças oficiais da época não admitiam – como, por exemplo, o arquivo do AEL-UNICAMP, em 1974, e o Arquivo Ana Lagôa – localizado na Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, em 1996 (KNAUSS, 2010, p. 13)⁷.

Na mesma época tivemos, além dos arquivos pessoais, os arquivos de instituições particulares e/ou ligados a movimentos operários, como os arquivos acumulados e organizados no CEDEM-Unesp, no CEDIC-PUC-SP, e muitos outros. Vários destes centros caracterizaram-se por uma especialização em acervos de movimentos sociais e de resistência, que foram atuantes, principalmente, nas três últimas décadas do século XX. Assim, em todos esses casos, de acordo com Knauss, os centros de documentação universitários ou, de alguma forma, centros ligados à universidade têm um papel decisivo na preservação e proteção do patrimônio documental local e regional (KNAUSS, 2010, p. 14), ou seja, dos arquivos privados/pessoais.

2.2. Concepções e a relação com os arquivos privados/pessoais

⁷ Nesse processo também podemos citar a fundação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/RJ no ano de 1973 que, naquele momento, trabalhou principalmente com arquivos pessoais, reunindo os arquivos pessoais de políticos brasileiros a partir de 1930, como o de Gustavo Capanema, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Filinto Muller, Ulysses Guimarães, dentre tantos outros.

Para compreender as finalidades de um centro de documentação e memória, é necessário destacar que até meados do século XX tínhamos principalmente três instituições de custódia documental: museus, bibliotecas e arquivos. Estas instituições, para que cumpram sua função dentro da sociedade, necessitam que os documentos sob sua custódia estejam organizados e acessíveis, permitindo, assim, que a informação contida neles seja possível de ser recuperada (CAVALCANTI, 2014).

Cavalcanti ressalta que, para conseguir acesso a essa informação organizada foram construídas pela sociedade, além das três instituições já citadas, os centros de documentação/informação, “tornando-se instituições que irão se diferenciar pelos documentos que guardam e pelo tratamento técnico dispensado ao seu acervo. Em comum elas têm a função de criar formas de recuperação e acesso às informações que preservam” (CAVALCANTI, 2014, p. 87).

No Brasil, bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação e memória são espaços com longa trajetória no tratamento de arquivos e produção de conhecimento (Santos, 2022, p.27). Dessa forma, estes espaços são definidos como instituições públicas ou particulares preocupados “com a transmissão cultural e com a custódia e a divulgação de informações técnicas e científicas, o qual, possuem, cada uma, um espaço social próprio e independente no qual devem agir” (Bellotto, 2006, p. 43).

Entretanto, ao pesquisar o termo instituições de custódia no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) encontramos um termo similar, qual seja, “entidade custodiadora”. De acordo com o DIBRATE (2005) compreende-se entidade custodiadora como “Entidade responsável pela custódia e acesso a um acervo. Também chamada custodiador”. Assim como custodiador vem do termo “custódia”, que significa “Responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade”. Assim, podemos depreender inicialmente que as instituições custodiadoras são locais que preservam e disponibilizam acervos que estão sob a responsabilidade deles.

Paulo Knauss ressalta que, diante da aceleração do tempo e do compromisso com o progresso, as sociedades contemporâneas trataram de localizar o passado em museus, bibliotecas, arquivos, centros de documentação e memória, catálogos, datas, festas e comemorações, testemunhando a sua própria transformação (KNAUSS, 2010, p. 9).

Temos então que, na atualidade, se compreende que existem variados tipos de instituições de custódia. Desse modo, indicam como sendo arquivos, bibliotecas, museus e outras instituições

de informação (não mais só centros de documentação, como definiu Bellotto). Daí termos hoje vários centros de memória, centros de documentação, centros de informação, centros de memória e pesquisa, centros de documentação e memória universitários, entre outros.

Bellotto destaca que os Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação/Informação tem como objetivo comum o de recolher, tratar e difundir informações. Têm em comum, portanto, as finalidades a que se destinam e o papel que ocupam no processo social, cultural e administrativo de uma sociedade (Bellotto, 2003, p. 36.).

Santos indica que os arquivos das universidades compreendem um outro universo muito sensível para o qual devemos dirigir esforços. Não apenas sob o ponto de vista da trajetória da disciplina nas universidades onde existe o curso superior de arquivologia, mas do reconhecimento dessas instituições como espaços de práticas arquivísticas, de adoção de políticas, métodos, programas arquivísticos, e locus privilegiado para centros e núcleos de memória e documentação custodiadores de arquivos privados e, em alguns casos, de conjuntos documentais de órgãos da administração pública (Santos, 2022, p.27).

Dessa maneira, essas instituições resguardam uma memória que não é apenas institucional, mas também e principalmente social. Isso significa que, nesses órgãos, a memória social não está separada da realidade e neles “as experiências não podem ser dissociadas, coisificadas ou reduzidas à condição de meros objetos de contemplação” (Silva, 1992, p. 19).

Em resumo, podemos afirmar que todas essas instituições têm outra função a cumprir além das que já foram apresentadas: a de serem capazes de servir à coletividade na busca de sua própria identidade através do tempo, em meio a rupturas e permanências históricas. Para isso, a organização das informações é fundamental, considerando tanto o funcionamento da estrutura interna da instituição (no caso do arquivo), como sua interação com o público e o cidadão, o que é de importância fundamental para a sobrevivência de qualquer instituição dedicada à memória e à História como conhecimento (Rodrigues; Miranda; Toledo; 2015, p.15).

No que se refere a relação que os Centros de Documentação e Memória universitários tem com os arquivos privados que preservam, estes são definidos como “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa” (Arquivo Nacional, 2005). Inserido no universo dos arquivos privados, Macedo ressalta que os arquivos pessoais surgem da necessidade dos indivíduos de criar documentos para suas referências diárias e sustentar a memória pessoal, para interagir na sociedade e também para ser lembrado. “Enquanto produtos de atividades dos indivíduos, esses

documentos representam as relações sociais, políticas, econômicas e afetivas construídas ao longo da vida” (MACEDO, 2020, p.191).

Nesta mesma linha, Vidal determina o arquivo pessoal como “o conjunto de documentos produzidos e/ou pertencentes a uma pessoa, a um indivíduo, resultados de uma atividade profissional ou cultural específica”, destacando que o papel das sociedades modernas está em perceber que a memória coletiva só pode ser revelada a partir dos estudos dos arquivos coletivos, ou pessoais (2007).

Dito isso, os centros de documentação e memória universitários, ao recolherem documentos privados, estão atuando na preservação dos arquivos privados/pessoais, identificando que o direito à memória está além dos arquivos públicos ao nos concederem o acesso as informações contidas nos arquivos privados/pessoais sob a custódia deles, conforme exemplificaremos neste texto ao apresentarmos o acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp – Cedem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere aos procedimentos metodológicos, este estudo pôde ser classificado como uma pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de uma revisão de literatura e análise documental, especificamente o instrumento de pesquisa do Cedem-Unesp. O Centro de Documentação e Memória da Unesp tem sob custódia diversos arquivos privados de institutos ligados a movimentos sociais e intelectuais militantes do movimento de esquerda no Brasil.

Dessa maneira, para este artigo foi feita uma análise do Guia do Acervo do CEDEM (2023) somado a leitura de artigos sobre arquivos e arquivos privados/pessoais. Por meio de análise documental do Guia do Acervo do CEDEM somado a leitura de diversos artigos de referência da área, nossa problematização está em demonstrar a importância dos arquivos pessoais como objeto e fonte de pesquisa e como os centros de documentação e memória universitários contribuem para isso.

4 O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – CEDEM/Unesp

Conforme indicamos anteriormente, a função primordial dos centros de documentação e memória, assim como dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, é reunir informações culturais, científicas, funcionais e jurídicas, conforme a natureza do material que conservam.

No **Guia do Acervo – CEDEM**, o qual se encontra em sua terceira edição – publicado pela primeira vez em 2007, ressalta que este instrumento de pesquisa tem como principal objetivo o de

apresentar à comunidade científica e à sociedade a relação de arquivos e coleções sob sua tutela e preservados, assim como o estágio de organização em que cada conjunto documental se encontrava possibilitando o acesso à informação (CEDEM, 2022, p.12).

Com relação ao perfil do Cedem/Unesp exposto no guia, temos que foi criado em 1987 por meio do Projeto Memória da Universidade. Naquele momento a proposta era construir a História da Universidade e disponibilizar ao pesquisador as fontes documentais dispersas e quase sempre inacessíveis. Partindo do pressuposto do envolvimento da universidade pela preservação da memória e do patrimônio cultural brasileiro e assistindo ao processo de redemocratização no qual o país vivia, o Centro obteve doações de acervos ligados a movimentos sociais, definindo sua “linha do acervo”, voltada para a história política e para os movimentos sociais.

A partir de 1994, em decorrência de sua preocupação com a preservação da memória política e social, o Centro passou a receber por meio de custódia importantes acervos documentais sobre a história brasileira do fim dos séculos XIX e XX. Em decorrência disso, o CEDEM estabeleceu uma segunda linha de acervo, inaugurada com arquivos privados relacionados ao movimento operário, fundando uma nova linha, conhecida como “História Política Contemporânea e dos Movimentos Sociais no Brasil”, contendo uma diversidade de arquivos privados relacionado a essas temáticas, como, por exemplo, ASMOB, PCB e CEMAP. Dessa forma, queremos destacar aqui que ao longo desses quase quarenta anos de existência do centro, além dos conjuntos documentais referente a história da universidade e do ensino superior e de movimentos sociais de esquerda, o CEDEM recebeu sob sua custódia conjuntos de arquivos privados/pessoais relacionadas a intelectuais e/ou integrantes de movimentos sociais conhecidos nacionalmente.

Com relação a ações de difusão do Cedem, Sonia Troitiño & Wilson de Jesus, no artigo **Ao alcance da sociedade: análise das ações de difusão do centro de documentação e memória da UNESP (2015-2018)**, afirmam que além da criação de um ambiente para debates (realizados na própria sede da instituição e transmitidos online nas mídias sociais, todos abertos e de forma gratuita), promovem lançamentos de livros e instrumentos de pesquisa para ampliar o acesso aos conjuntos documentais sob a guarda do Centro.

Dessa forma, entre Fundos e Coleções, o CEDEM tem sob sua custódia aproximadamente vinte (20) conjuntos documentais em nome de particulares que atuaram (ou atuam) em movimentos sociais, como, por exemplo: Fundo Astrojildo Pereira; Fundo Roberto Morena; Fundo José Luiz Del Roio; Fundo Santos Dias; Fundo Clóvis Moura; Coleção Luiza Erundina; Coleção VLADO (Vladimir Herzog), entre outros.

Nesses quase quarenta anos de existência do centro, além dos conjuntos documentais referente a história da universidade e do ensino superior e de movimentos sociais de esquerda, o CEDEM recebeu sob sua custódia conjuntos de arquivos pessoais relacionadas a intelectuais e/ou integrantes de movimentos sociais conhecidos nacionalmente, conforme indico no quadro a seguir:

Instituição/Procedência		Nome do Fundo e/ou Coleção
1	CEDEM	Coleção Memória da Universidade
2	Instituto Astrojildo Pereira (IAP) –	Outras Coleções (Pequenas coleções): Nestor Veras; Catulo Branco; Antonio Resk; José Medina Filho; Mauricio de Melo; Mir Peruano; Cristiano Cordeiro;
3	Instituto Astrojildo Pereira (IAP)	Fundo Partido Comunista Brasileiro – PCB
4	Instituto Astrojildo Pereira (IAP)	Fundo Roberta Morena
5	Instituto Astrojildo Pereira (IAP)	Fundo Astrojildo Pereira
6	Instituto Astrojildo Pereira (IAP)	Fundo Instituto Cultural Roberta Morena
7	Instituto Astrojildo Pereira (IAP)	Fundo José Luiz Del Roio
8	Instituto Astrojildo Pereira (IAP)	Coleção do ASMOB – Clandestinidade, Exílio e Resistência
9	Instituto Astrojildo Pereira (IAP)	Coleção Internacional Comunista
10	Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa – CEMAP/ INTERLUDIUM – Fundos e Coleções	Coleção do CEMAP
11	CEMAP/ INTERLUDIUM – Fundos e Coleções	Fundo Mário Pedrosa
12	CEMAP/INTERLUDIUM	Fundo Livraria Palavra
13	CEMAP/INTERLUDIUM	Fundo Fúlvio Abramo
14	CEMAP/INTERLUDIUM / CEDEM – Fundos e Coleções	Fundo Lívio Xavier
15	CEMAP/INTERLUDIUM	Outras Coleções: Claudio Abramo; Clara Ant; José Castilho; Luiz Azevedo; Leme Gonçalves; Gastão Thomaz de Almeida; Valentim Faccioli; Vicente Abramo; Tullo Vigevani; Oswaldo Coggiola; José Auto; Fabio Munhoz; Luiz Favre; Jacob Gorender; Mário Barreto Xavier; Plínio Melo; Jair Ratner; Murilo Leal; Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina; Dainis Karepovs.
16	CEMAP/INTERLUDIUM	Coleção Vito Letizia

17	CEMAP/INTERLUDIUM	Coleção Alexandre Linares
18	Irmã Cecília Hansen	Fundo Clube de Mães da Zona Sul
19	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Sede Nacional)	Fundo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
20	Família Santo Dias	Fundo Santo Dias
21	CEDEM – Fundos e Coleções/ Centro de Documentação e Estudos da Cidade de São Paulo - CEDESP ⁸	Fundo CEDESP
22	Soraya da Silva Moura/CEDEM – Fundos e Coleções	Fundo Clóvis Moura
23	Editora Em Tempo/CEDEM – Fundos e Coleções	Fundo Em Tempo
24	Associação Democrática Nacionalista de Militares/CEDEM – Fundos e Coleções	Coleção da ADNAM
25	Ceise Kameyama / CEDEM – Fundos e Coleções	Coleção Ceise Kameyama
26	Maria Donev dos Santos / CEDEM – Fundos e Coleções	Coleção Davino Francisco dos Santos
27	Escritório político da Deputada Luiza Erundina / CEDEM – Fundos e Coleções	Coleção Luiza Erundina
28	Miriam Moreira Leite / CEDEM – Fundos e Coleções	Coleção Miriam Moreira Leite
29	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP / CEDEM – Fundos e Coleções	Coleção University Publications of America - UPA
30	Clarice Herzog / CEDEM – Fundos e Coleções	Coleção VLADO (Vladimir Herzog)
31	CEDEM – Fundos e Coleções	Outras coleções: João Tristan Vargas; Jun Narabayachi; Cecília Garçonj; Paulo Cunha
32	CEDEM; CEMAP; CEDESP; IAP; MST; Família Santo Dias; Oboré Editorial; Soraya da Silva Moura; Valderi Antão Ruviaro/Yara Silvia Tucundura	Coleção de cartazes
33	Projeto Memória da Universidade; CEMAP; CEDESP; IAP; Oboré Editorial; MST; Irmã Cecília Hansen; Miriam Moreira Leite; Família Santo Dias	Coleção de Fotografias
34	CEDEM; CEMAP; CEDESP; IAP; MST; Família Santo Dias; Oboré Editorial; Soraya da Silva Moura; Irmã Cecília Hansen; Miriam Moreira Leite;	Coleção de Periódicos

O CEDEM também mantém uma biblioteca no qual procura apoiar pesquisas relativas à linha de acervo do Centro. Com um acervo bibliográfico de aproximadamente quinze mil e trezentos

⁸ O termo CEDEM – Fundos e Coleções se refere a conjuntos documentais que foram doados para o Centro, mesmo sendo precedido de instituições diferentes.

(15.300) títulos, este acervo foi recolhido em conjunto com os outros documentos dos fundos e coleções documentais, respeitando suas procedências. Portanto, são volumes que procederam do próprio CEDEM e dos Fundos Lívio Xavier; Santos Dias e Clóvis Moura, além do IAP e de CEMAP.

Conforme o quadro indicou, a maior parte do acervo do CEDEM se relaciona a documentos de origem de movimentos sociais alinhados a política de esquerda, como o Fundo do MST e do CEMAP, por exemplo. Do mesmo modo, dentre os fundos e coleções sob a custódia e/ou guarda do CEDEM, temos oito (8) Fundos que são especificamente provenientes de arquivo pessoal: Roberto Morena; Astrojildo Pereira; José Luiz Del Roio; Mário Pedrosa; Fúlvio Abramo; Lívio Xavier; Santo Dias e Clóvis Moura. Ressalta-se que não temos arquivo pessoal de mulheres nesses conjuntos documentais, mesmo tendo conhecimento de que existiram muitas mulheres de destaque dentro de movimentos sociais e/ou partidos de esquerda no processo histórico de nosso país.

As Coleções identificadas com nomes de personalidades atuantes do movimento social são documentações referentes a atuação deles nos movimentos pelo qual participavam. Dentro das coleções temos cinco (5) referentes a personalidades feminina: Clara Ant; Ceise Kameyama; Luiza Erundina; Miriam Moreira Leite e Cecília Garçoni. Destaca-se que essas coleções não possuem exatamente o arquivo pessoal dessas mulheres, mas sim parte de um acervo acumulado por elas, como por exemplo o da Luiza Erundina⁹, no qual possui documentação referente ao escritório político dela enquanto prefeita e deputa no município de São Paulo, não é seu arquivo pessoal “propriamente dito”.

Entretanto, devemos considerar que o CEDEM tem sob sua responsabilidade uma gama de arquivos privados, seja de instituições políticas ou de personalidades políticas e intelectuais que tem contribuído na preservação e no acesso a informação desses documentos, enriquecendo diversas pesquisas acadêmicas nas áreas das Ciências Humanas, contribuindo na contação de outras histórias, do direito à memória e do direito de qualquer cidadão no acesso à informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor neste texto um diálogo entre os arquivos pessoais e os centros de documentação e memória universitário, propusemos uma construção de um outro horizonte historiográfico, pois

⁹ O arquivo pessoal de Luiza Erundina está sob a guarda do CPDOC-FGV. Para saber mais consultar: <https://portal.fgv.br/noticias/fgv-recebe-arquivo-pessoal-deputada-luiza-erundina>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ao atuarem na preservação e acesso dos arquivos privados/pessoais, trabalharam no sentido de fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrassem com a dimensão histórica (PAOLI, 1992). Podemos identificar então que “a questão do patrimônio documental aparece como uma das prioridades, percebendo o Direito à Memória enquanto dimensão básica da cidadania” (CRUZ, 2016, p. 41).

Ao abordar a conjuntura e a concepção dos centros de documentação e memória universitários, indicamos o quanto estas instituições atuam na preservação e nos processos de patrimonialização dos arquivos privados, demonstrando a importância da ação das universidades com relação a democratização da memória, ou, tomando a tese de Paoli (1992), reconhecem o “direito ao passado” como dimensão básica da cidadania. Assim:

É exatamente aí que se encontra um dos maiores desafios: fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica. Por esta via, pode-se constituir uma política de preservação (e uma historiografia) que deverá ter em mente o quanto o poder desorganizou a posse de um sentido de participações coletivas, destruindo a possibilidade de um espaço público diferenciado (PAOLI, 1992, p. 27).

Por conseguinte, reiteramos que a memória tem como objetivo o de definir e reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais (igrejas, times, partidos, instituições etc.). A negociação com o passado define seu lugar e mantém a coesão do grupo. A memória cria identidade. Portanto, um Centro de Documentação e Memória trabalharia para reforçar a identidade e memória desse grupo por meio da democratização de memória.

Novamente, procuramos indicar neste artigo que o reconhecimento do direito ao passado que está ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma “sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para a consciência de um passado comum” (PAOLI, 1992, p. 27).

Knauss (2010) indica que os centros de documentação universitários ou, de alguma forma, centros ligados à universidade têm um papel decisivo na proteção do patrimônio documental local e regional e, também, no direito à informação e à memória que todo cidadão brasileiro deveria (ou deve) ter. O autor também reconhece que os centros de documentação se tornaram instituições de grande destaque na preservação e difusão dos arquivos privados, pois reconheceu a contribuição que a universidade pôde dar à proteção do patrimônio documental (KNAUSS, 2010, p. 13).

Devemos reconhecer, conforme indica Cruz ao citar uma reflexão de Schwartz e Cook (2002), que, independentemente das transformações na natureza dos acervos, nas formas de preservação dos documentos e nos usos dos registros, o ato de organizar e constituir arquivo refere-se à

organização de poderes em torno da história e da memória social em cada presente, e que as intenções dos arquivos e de seus atos de preservação estão intimamente articuladas às disputas sociais em torno da produção da lembrança e do esquecimento em cada momento histórico (CRUZ, 2016, p. 54-55).

Com relação ao CEDEM-Unesp, ao trabalharmos com seu *Guia de Acervo* percebemos que é um espaço voltado para a reflexão e produção de estudos interdisciplinares no campo das Humanidades, se constituindo como uma espécie de laboratório de aprendizagem e de trabalho para estudantes e profissionais das Ciências Sociais aplicadas com pesquisas voltadas para a organização do acervo e/ou sobre o acervo (VALLE, 2023, p.20).

Conforme afirma Maria Ribeiro do Valle, o CEDEM permanece mantendo viva a memória de luta “pela consolidação da universidade pública gratuita e de qualidade, contada e vivenciada por aqueles que ousaram desenhá-la, assim como pelos demais movimentos sociais que vislumbraram um futuro ‘outro’” (VALLE, 2023, p.10).

No que se refere aos arquivos pessoais, devemos compreender que a quantidade de conjuntos de arquivos pessoais que temos conhecimento que estão acessíveis ao público, seja em centros de documentação e memória, seja em Arquivos Públicos, esta quantidade é pequena se pensarmos na importância destes acervos “como testemunhos físicos de eventos vividos, assim como dos papéis sociais desempenhados por seus titulares ao longo da vida” (MACEDO, 2020).

Dessa forma, em um contexto de disputas cada vez mais acirradas de construções de narrativas e reivindicações de memórias, os arquivos despontam como lugares privilegiados de diálogo e contestação. No âmbito dos arquivos privados, especialmente os arquivos pessoais, sua manutenção, preservação e garantia de acesso dependem do reconhecimento por parte das instituições, das comunidades ou do Estado. “Alçá-los a patrimônio cultural é uma maneira de salvaguardá-los. Isto posto, os caminhos e dispositivos de patrimonialização de arquivos pessoais, portanto, devem ser conhecidos, estudados e problematizados” (MATTOS; MENDES, 2021).

Em suma, o que pretendemos neste texto é expandir nosso olhar crítico para a própria sociedade em que estamos inseridos por meio de uma análise no qual esperamos ter contribuído na geração de novos temas de pesquisa e, quem sabe, novas práticas de pesquisa e ensino nas universidades. Assim, considerando a relevância e a necessidade de ampliarmos o debate, este artigo procurou indicar que é essencial maiores reflexões e pesquisas sobre os centros de documentação e memória universitários, os quais devem ser vistos como instituições contadora de

outras histórias, pois atuam pela ampliação do direito à memória e do exercício da cidadania, realizado por intermédio da preservação, organização e acesso aos arquivos privados/pessoais.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51). Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 29.jul.2024.

CAMARGO, Célia Reis. **A margem do patrimônio cultural**: estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980). Assis, 1999, 215f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, 1999.

CAVALCANTI, Márcia Teixeira. **Os Centros de Documentação Universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias**. Rio de Janeiro, 2014. 190f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/842>. Acesso em: 28 ago. 2024.

CRUZ, Heloísa de Faria. Direito à memória e patrimônio documental. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 29, n. 54, p. 23-59, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35388>. Acesso em: 29.jul. 2024.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 1997.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.121-128, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/issue/view/287>. Acesso em: 31.jul.2024.

HEYMANN, Luciana Quillet. Q. **De ‘arquivo pessoal’ a ‘patrimônio nacional’**: reflexões acerca da produção de ‘legados’. Rio de Janeiro: CPDOC, p.1-7, 2005. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/84b33f9c-8c76-4f52-9c69-84372161c4ff>. Acesso em: 29.jul.2024.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: ContraCapa; Faperj, 2012.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Fondo de Cultura Económica: Argentina, 2022.

- KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v.1, n.40, p. 9-16, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/cdhis.v1i40.7326>. Acesso em: 05.mar.2024.
- MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna. Arquivos pessoais e teoria arquivística. In: MARIZ, A. C. A.; RANGEL, T. R. (org.). **Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: FGV, 2020, p. 191-204.
- DE MATTOS, Renato; MAIA MENDES, Juliana. Arquivos pessoais e patrimônio: a Declaração de Interesse Público e Social como instrumento de patrimonialização de arquivos. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 31, n. 63, p. 1–21, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1032>. Acesso em: 19.ago. 2024.
- MOLINA PERAÇOLI, Talita dos Santos. **Memória Pública e Arquivos Privados: Políticas de Preservação na Década de 1980**. Curitiba: Appris, 2024.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.1, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 29. jul. 2024.
- PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, M. C. P. (org.). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 26-27.
- RODRIGUES, Jaime; MIRANDA, Márcia Eckert; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O acervo da Companhia da Editora Nacional: negociação, organização e potencial para a pesquisa histórica. **Fontes**, São Paulo, v.2, n.3, p. 61-69, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/9379/6892>. Acesso em: 29.jul.2024.
- SALLES, Paula Ribeiro. **Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV - Centro de Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP, 1973-1989)**. São Paulo, 2013. 161f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/12803>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.35, n.3, p.1-34, 2022. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1888>. Acesso em: 29.jul.2024.

TANNO, Janete Leiko. Centros de Documentação e Patrimônio Documental: Direito à Informação, à Memória e à Cidadania. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.31, n.3, p. 88-101, 2018. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/903>. Acesso em: 05.mar.2024.

VALLE, Maria Ribeiro do. **Guia do acervo do Cedem/Unesp**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/publicacoes/guia-acervo-3-edicao/>. Acesso em: 26.fev.2024.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva - Alguns elementos de reflexão. Assis, **Patrimônio e Memória**, v.3, n.1, p. 3-13, 2003. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1>. Acesso em: 05.mar.2024.

NOTAS DE AUTORIA

Talita dos Santos Molina Peraçoli

Possui graduação em História pela Faculdade de Ciências e Letras - Unesp / Campus de Assis (2009). Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica -PUC/SP, como bolsista Capes/Cnpq (2013) e Doutora (2018) pela mesma instituição como bolsista Capes, e a partir de 2015 como bolsista Cnpq. Tem experiência na área de História e Educação, especificamente em estudos sobre a Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: Patrimônio Documental, Arquivos Privados, Arquivos Pessoais, Ensino de História, História da Educação e Formação de Professores. Atuou como professora da disciplina de História para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio na rede pública e privada. Foi tutora pela Laureate Digital para a Universidade Anhembi Morumbi - UAM. Trabalhou como coordenadora e professora do curso de Pedagogia e História na Universidade Brasil. Participou, pela mesma instituição, como membro da Comissão do Programa Institucional de Iniciação Científica e como Editora-Chefe dos periódicos da Universidade Brasil. Participou como coordenadora Institucional do PIBID/Capes da Universidade Brasil pelo Edital 2020-2022 e Edital 2022-2024 (Educação Física, Letras-LIBRAS e Pedagogia). Atualmente é integrante do grupo de pesquisa: Acervos Privados e Pessoais: Memórias, Políticas e Patrimônio (GRUPO APP - UNIRIO), discente do curso de Especialização em Docência na Educação Superior pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus São Paulo e docente pela mesma instituição.

Autora com publicações de artigos em revistas científicas renomadas e de livros sobre os estudos de arquivos privados pela Editora Appris do ano de 2022 e 2024.

Link Currículo Lattes - <https://lattes.cnpq.br/4004539331721031>